

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020

A Empresa

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia foi criada pela Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, e transformada em Agência de Fomento pela Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Está constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, e tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Sediada no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito Gerentes de Desenvolvimento, sendo um deles alocado em Salvador para atender a Região Metropolitana, e sete alocados fora da capital, de modo a atender a todos os municípios baianos. Esses sete gerentes se encontram distribuídos em Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista e Itacaré.

Indicadores Relevantes

Em 31/12/2020:	
Capital Social Integralizado	R\$ 568,1 milhões
Ativo Total	R\$ 1.025,6 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 648,9 milhões
Lucro Líquido	R\$ 29,8 milhões
Carteira de Operações de Crédito - Desenbahia	R\$ 642,4 milhões
Liberações no ano – Desenbahia	R\$ 141,6 milhões
Número de liberações no ano - Desenbahia	2.707

Mensagem da Diretoria

É com satisfação e confiança no papel que a Desenbahia exerce para o desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia que ora apresentamos o desempenho operacional e o resultado financeiro da Agência no exercício de 2020 e seus detalhamentos. Ao longo do ano, a Desenbahia realizou liberações de crédito no valor de R\$ 141,6 milhões e contabilizou lucro líquido de R\$ 29,8 milhões. De antemão, é necessário destacar que o ano de 2020 ficará marcado na história como aquele em que o mundo enfrentou a maior crise sanitária dos últimos 100 anos. Para garantir a aplicação das medidas protetivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, frente à rápida disseminação do vírus Sars-CoV-2, muitos países, estados, regiões decretaram paralisação de atividades não essenciais, com impactos relevantes na economia de um modo geral. Em janeiro de 2021, o FMI atualizou suas estimativas de crescimento do PIB para 2020, através das quais ficaram mais claros os impactos da crise sanitária na produção mundial de bens e serviços: a economia mundial deve registrar encolhimento de 3,5%; estima-se que o PIB do conjunto dos países desenvolvidos contabilizará decréscimo de 4,9%; calcula-se que as economias emergentes devem ter sofrido redução de 2,4%, apenas para a China prevê-se expansão econômica. Para o Brasil, a previsão é de recuo do PIB em 4,0% no ano de 2020 (IBRE/FGV, fevereiro de 2021).

O cenário desafiador e desconfortável para todo o mundo também o foi para a Desenbahia. As expectativas, no final de 2019, eram de que a economia brasileira, finalmente, voltaria a crescer de forma menos tímida. O mercado, conforme levantamento do Banco Central do Brasil, apostava que o país crescerá na casa de 2,3% no ano. Ao longo do ano, as condições para esse crescimento foram transformadas em queda do nível de atividade econômica, retração da renda das famílias, dificuldades financeiras dos empreendimentos, postergação dos planos de investimentos. As dificuldades observadas em várias partes do planeta, por diferentes agentes econômicos, também precisaram ser enfrentadas pela Desenbahia.

Diante desse quadro, a Agência adotou um conjunto de medidas para fazer face às novas demandas do mercado e à sua própria organização interna, de modo a garantir a manutenção das suas atividades com eficiência e segurança para todos envolvidos: clientes, funcionários/gestores e fornecedores. No que tange às demandas do mercado, foram implementadas ações para atender às muitas solicitações de renegociação, o que implicou em revisão de critérios para repactuação, formulação de novas condições e procedimentos, além de desenvolvimento de solução tecnológica que permitisse a repactuação de operações de microcrédito de forma remota e automática.

No que se refere às concessões de crédito, a Desenbahia procurou rapidamente assimilar as novas linhas ofertadas pelo BNDES; a partir de parceria com o Ministério do Turismo, ofertou linhas de crédito com recursos do FUNGETUR; revisou as linhas já operadas, no intuito de viabilizar um processo operacional seguro, mais célere e aderente às necessidades da demanda. Como resultado dessas medidas, as liberações de crédito da carteira da Desenbahia registraram um incremento de 17% no ano, comparativamente ao valor das liberações em 2019.

Contribuiu para esse resultado operacional o investimento em comunicação realizado pela Desenbahia, notadamente no que se refere à divulgação das linhas de crédito e dos programas operados pela Agência. O esforço foi reconhecido pelo BNDES que premiou a Desenbahia, como primeira colocada na categoria de Comunicação das Linhas e Programas do BNDES nos sites, entre os Agentes Financeiros Destaques em 2020.

De natureza interna à organização, outro conjunto de medidas foi adotado em paralelo às mencionadas acima. De forma mais imediata, no sentido de estabelecer ações preventivas e o cuidado com a saúde dos empregados, a Agência implementou as medidas preconizadas nos Decretos Estaduais nº 19.528/2020 e 19.536/2020 (instituindo, por exemplo, o trabalho remoto para aqueles funcionários enquadrados nos grupos de riscos para desenvolver as formas mais graves da COVID-19) e preparou-se para não permitir que o volume e a qualidade das atividades internas caíssem, com a adoção de tecnologias para acesso remoto dos empregados aos diversos sistemas operacionais. A sanitização do prédio foi realizada com frequência e ações protetivas foram estabelecidas, como a reorganização do *layout* das estações de trabalho e a distribuição de equipamentos de proteção a todos os funcionários.

Com vistas a aumentar a eficiência no emprego dos recursos disponíveis, a Agência colocou em ação medidas mais incisivas para administração de contratos com prestadores de serviços. No que se refere aos contratos administrativos com terceiros, a redução de despesas proveu da implementação de uma iniciativa planejada: centralizou-se a maior parte desses contratos em uma área específica da empresa; buscou-se acompanhar ativamente a sua execução e, finalmente, procurou-se avaliar de forma criteriosa a necessidade e as condições de renovação desses contratos.

No mesmo sentido, no âmbito da administração financeira, valendo-se da ocasião do baixo patamar histórico das taxas de juros no país, foram realizadas operações de gestão do passivo, com vistas a antecipar os compromissos com maiores custos. Assim, pagamentos que tinham taxas de juros superiores às taxas de aplica-

ção de recursos foram antecipados.

Especificamente sobre o desempenho financeiro no exercício, cabe observar que parte significativa do resultado é oriundo do vencimento de um conjunto de operações de crédito rural garantidas com títulos públicos. Trata-se de operações vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (programa de alongamento de dívidas do setor rural criado a partir da Lei Federal nº 1.938/95). Com o vencimento do prazo dessas operações, e a honra das garantias pelo Tesouro Nacional, foram contabilizados resultados positivos tanto na rubrica Receitas de Operações de Crédito quanto na rubrica Recuperação de Créditos. Nesse último caso, a explicação provém do fato de parte importante da carteira de operações em apreço já ter sido baixada em prejuízo.

Nas próximas seções deste documento, são detalhados os resultados obtidos pela Agência, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o exercício.

Aproveita-se a oportunidade para encaminhar o reconhecimento dessa Diretoria ao esforço e comprometimento do corpo funcional nessa fase difícil para todos e agradecer ao Governador Rui Costa, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e aos do Comitê de Auditoria pela confiança, apoio e contribuições.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

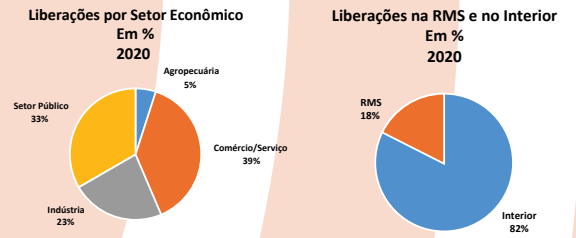
No exercício de 2020, a Desenbahia liberou R\$ 141,6 milhões, sendo R\$ 97,5 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 68,9% do total; R\$ 41,4 milhões de recursos provenientes do Sistema BNDES/FINAME, ou 29,2%; e R\$ 2,7 milhões, do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, ou 1,9%. Sobre essa última fonte, vale notar que a Agência passou a ofertar, efetivamente, tais recursos apenas nos últimos meses do ano. A expectativa é que o volume de operações lastreadas com tal fundo seja ampliado gradativamente nos anos seguintes.

Em termos de quantidade numérica, foram 27 mil liberações ao longo do ano, sendo a parcela mais significativa a referente às operações de microcrédito que alcançaram 2,3 mil liberações.

Quando a análise recai para a distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$ 94,1 milhões, absorveu 66,4% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 47,6 milhões, ou seja, 33,6% do total, destinada ao segmento público. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de 32 municípios baianos. No segmento privado, o setor Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 54,8 milhões, representando 38,7% do total liberado. A Indústria recebeu R\$ 32,1 milhões (22,7% do total) e a Agropecuária, R\$ 7,1 milhões (5,0%).

No que concerne ao porte dos empreendimentos do segmento privado, a Desenbahia priorizou suas ações para as empresas classificadas entre micro e médio porte. Para os empreendimentos classificados nessas categorias, foram destinados R\$ 72,1 milhões (ou 50,9% do total das liberações realizadas). Os empreendimentos de grande porte se beneficiaram com liberações de R\$ 5,0 milhões (3,5% do total) e as operações de microcrédito, com R\$ 11,6 milhões (equivalente a 8,2%).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no ano de 2020, 82,5% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador a parcela de 17,5%. Esse fenômeno alinha-se com a preocupação da Desenbahia em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico de uma Bahia menos concentrada espacialmente.



Especificamente sobre o programa de microcrédito operado pela Desenbahia, denominado de CrediBahia, cabe esclarecer que, com recursos da carteira da própria instituição, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores. O programa é o resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Municípios.

Vale reforçar que, no ano de 2020, com recursos da carteira de crédito da Desenbahia, foram realizadas operações de microcrédito que somaram R\$ 11,6 milhões, por meio de 2,3 mil liberações.

Em termos de apoio aos programas de Governo previstos no Plano Plurianual – PPA 2020-2023, a Desenbahia atua diretamente no Programa Gestão Governamental, especificamente para o alcance do compromisso de "promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável". Através da iniciativa de disponibilizar 17 linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos, a Desenbahia busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico baiano. No ano em apreço, a Agência de fato colocou à disposição do mercado mais que 17 linhas de financiamento, tendo liberado recursos por meio de 22 dessas linhas disponibilizadas.

I.2 Recuperação de Crédito

O impacto da crise sanitária sobre a economia provocou uma onda importante de solicitações de repactuação de contratos de financiamento na Desenbahia. Sensível à situação atípica, a Agência passou a trabalhar com condições de renegociação especiais. O objetivo das medidas adotadas era contribuir para a manutenção dos empreendimentos apoiados pela Desenbahia, ao tempo em que se mantinha a qualidade das carteiras de crédito operadas pela Agência.

Para os contratos adimplentes, por exemplo, a área de renegociação concedeu prazos de pagamento mais dilatados. Foi desenvolvido um processo excepcional para que os clientes solicitantes e adimplentes até março de 2020 assinassem "Termo de Adesão" às novas condições e, em seguida, o aditivo ao contrato atual. A principal condição oferecida foi a suspensão do pagamento das parcelas previstas por até seis meses, sendo mantidos os juros contratuais, capitalizados durante a carência, e sem qualquer cobrança de juros de mora.

Passados os primeiros meses da pandemia, e com a continuidade dos seus efeitos perversos sobre a atividade econômica, novas medidas foram adotadas pela Agência, com vistas a permitir a suspensão do pagamento de parcelas de contratos renegociados, com a retomada da amortização apenas em janeiro de

2021. Para essa segunda etapa, foi fundamental o apoio de órgãos de classe cadastrados na Desenbahia, especialmente no que se refere aos clientes das linhas Protáxi. O apoio desses organismos possibilitou a operacionalização do grande volume de operações a ser repactuado e permitiu simplificar os procedimentos de divulgação, aprovação, contratação e implantação.

Além disso, foi ampliado o prazo de carência, em até 12 (doze) meses, nas renegociações emergenciais para operações de financiamento de hotéis e shopping centers. Para esses casos, foi considerado que os empreendimentos estiveram com as atividades totalmente paralisadas, devendo ter uma retomada lenta, o que exigirá prazo maior para recuperação do nível de atividade suficiente para o equilíbrio de contas.

Tais medidas foram benéficas para os clientes, prejudicados na geração de caixa nesse período de isolamento social e pouca atividade econômica, bem como para a Desenbahia, que evitou prejuízo nos indicadores de inadimplência e provisionamento. No conjunto, foram renegociadas 225 operações de empresas e 650 operações das linhas Protáxi.

Para operacionalizar o processo, algumas áreas da Agência precisaram trabalhar em conjunto, especialmente a área de tecnologia da informação e a própria área receptora das solicitações. Foi criado, assim, um módulo de renegociação emergencial COVID dentro do sistema de renegociação utilizado pela empresa.

No que se refere aos resultados financeiros, cabe esclarecer a elevada receita obtida na rubrica Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo. A explicação para esse fato está na contabilização do resgate de títulos públicos federais, previstos para o ano de 2020, que garantiam o valor principal de operações de crédito firmadas no passado, inadimplentes há muito tempo e, assim, já baixadas em prejuízo. Com a honra dessas garantias pelo Tesouro Nacional, via resgate dos títulos, a Agência auferiu receitas como está disposto, a seguir, na seção relativa ao detalhamento do desempenho financeiro.

I.3 Gestão de Fundos

Para viabilizar ações de fomento social e econômico do Estado da Bahia, a Desenbahia também atua com a gestão de fundos. Atualmente, três fundos são geridos pela Agência: o FUNDESE, o FGBP e o FUNDURBANO, este em processo de extinção.

FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenbahia é a gestora financeira do FUNDESE, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o FUNDESE constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenbahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o FUNDESE não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenbahia submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenbahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do FUNDESE foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 46,3 milhões. Para as empresas do setor de Comércio e Serviços foi destinada a maior parte das liberações, 95,3% dos recursos.

Em termos de distribuição espacial, observando tão somente a sede da empresa beneficiada com a liberação dos recursos, nota-se que a parcela mais significativa das liberações se concentrou na RMS, 72,6%. Os empreendimentos localizados no interior do estado ficaram com 27,4% das liberações das operações de crédito. Se considerada a localização efetiva do investimento, no entanto, essas proporções se alteram significativamente. Isto porque parte relevante das liberações para a RMS foi para a empresa concessionária do contrato de Parceria Público-Privada (PPP) responsável pela operação, manutenção e revitalização do Sistema Viário BA-052 e a construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre Xique-Xique e Barra. Sob esse critério, o interior baiano beneficiou-se com 92,1% das liberações realizadas com os recursos do FUNDESE.

Por meio de operações de microcrédito, foram desembolsados R\$ 11,6 milhões para microempreendedores, através de 2,3 mil liberações.

No que se refere à participação do FUNDESE nos programas de Governo do PPA 2020-2023, o fundo também apoia o mesmo compromisso vinculado ao Programa Gestão Governamental, como visto para a Desenbahia. As iniciativas do FUNDESE são duas: i) disponibilizar pelo menos 15 linhas de financiamento para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos; e ii) realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (pelo menos um estudo técnico no quadriênio 2020-2023). No ano de 2020, foram colocadas à disposição do mercado mais de 15 linhas de financiamento, tendo sido recursos liberados por meio de quatro dessas linhas. Sobre a segunda iniciativa, não houve demanda para realização de estudos técnicos enquadráveis na proposta.

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privada – PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. O Relatório de Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas com parecer do auditor independente.

Até o final do exercício de 2020, o fundo contava com dois contratos de garantia de projetos de concessão patrocinada: Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e Sistema Viário BA-052. As honras de garantia ocorridas no ano foram todas referentes ao contrato do primeiro projeto mencionado. Além desses dois projetos, em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para a concessão, na modalidade de PPP patrocinada, que visa à implantação e operação de Veículo Leve sob Trilhos – VLT de Salvador. E, em novembro de 2020, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do sistema rodoviário ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

No final de 2020, o saldo disponível do fundo alcançou R\$ 306,7 milhões e o saldo

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)								
Ativo			Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019	
Circulante		341.757	608.751	Circulante		90.877	304.398	
Caixa e equivalente de caixa	(4)	178.556	281.836	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(12)	60.668	232.963	
Títulos e valores mobiliários	(5)	-	89.166	Outras obrigações	(13)	30.209	71.435	
Operações de crédito	(6)	114.707	190.485	Não circulante		285.841	328.567	
Operações de crédito		119.857	198.410	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	(12)	273.550	316.600	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(5.150)	(7.925)	Outras obrigações	(13)	12.291	11.967	
Outros créditos	(7)	8.457	9.235	Patrimônio líquido	(14)	648.870	576.701	
Outros valores e bens	(8)	40.037	38.029	Capital	(14a)	568.134	511.261	
Não circulante		683.831	600.915	Reservas de lucros	(14b)	80.736	65.440	
Realizável a longo prazo		642.153	558.372					
Títulos e valores mobiliários	(5)	128.617	75.326					
Operações de crédito	(6)	499.718	471.089					
Operações de crédito		522.514	490.749					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(22.796)	(19.660)					
Outros créditos	(7)	13.793	11.932					
Outros valores e bens	(8)	25	25					
Investimentos	(9)	100	100					
Imobilizado	(10)	36.303	36.885					
Imobilizações de uso		49.499	48.716					
Depreciação acumulada		(13.196)	(11.831)					
Intangível	(11)	5.275	5.558					
Gastos com organização e expansão		8.649	8.440					
Amortização acumulada do intangível		(3.374)	(2.882)					
Total do ativo		1.025.588	1.209.666	Total do passivo e patrimônio líquido		1.025.588	1.209.666	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações do resultado Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)					Demonstrações do resultado abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	2º Semestre 2020	2020	2019		2º Semestre	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	(15)	68.289	140.480	101.824				
Operações de crédito		65.010	129.388	75.773				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.279	11.092	26.051				
Despesas da intermediação financeira	(15)	(18.820)	(44.928)	(46.437)				
Operações de empréstimos e repasses		(19.256)	(40.464)	(40.015)	Lucro líquido	15.792	29.781	16.003
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		436	(4.464)	(6.422)	Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado bruto da intermediação financeira	(15)	49.469	95.552	55.387	Resultado abrangente total	15.792	29.781	16.003
Outras receitas/(despesas) operacionais		(26.769)	(55.745)	(48.075)				
Receita de prestação de serviços	(16)	10.262	20.465	25.437				
Despesa de pessoal	(17)	(24.750)	(50.759)	(49.214)				
Outras despesas administrativas	(17)	(5.814)	(11.270)	(14.207)				
Despesas tributárias	(17)	(2.921)	(5.988)	(8.201)				
Outras receitas operacionais	(16)	2.271	3.293	8.707				
Outras despesas operacionais	(17)	(5.817)	(11.486)	(10.597)				
Resultado operacional		22.700	39.807	7.312				
Resultado não operacional	(18)	5	30	11.684				
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		22.705	39.837	18.996				
Imposto de renda e contribuição social	(19)	(5.030)	(6.534)	-				
Participações estatutárias		(1.883)	(3.522)	(2.993)				
Lucro líquido		15.792	29.781	16.003				
Lucro por ação		0,000	0,000	0,000				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.								

visão para Perdas.		
l) Imobilizado		
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso, devido à sua baixa materialidade e grande pulverização, são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas fiscais anuais: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens, contabilizadas em outras despesas administrativas.		
m) Intangível		
O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.		
n) Redução ao valor recuperável de ativos		
É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e, ii) o seu valor em uso.		
Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.		
o) Obrigações		
As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas das correspondentes despesas, quando aplicável.		
p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:		
Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;		
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas em processos judiciais são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente;		
Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e		
Obrigações legais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.		
q) Tributos		
As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir discriminadas e consideraram as bases de cálculo previstas nos dispositivos legais vigentes para cada tributo:		
	(%)	
Imposto de Renda – IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25	
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (até fev/2020)	15	
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a partir de mar/2020)	*	20
PIS/PASEP	0,65	
COFINS	4	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5	
(*) Alteração da alíquota em função da Emenda Constitucional 103/2019, artigo 32 e inciso I do artigo 36. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.		
Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa por suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.		
r) Benefícios a empregados		
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.		
As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.		
As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.		
Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.		
s) Instrumentos financeiros derivativos		
A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.		
t) Resultados recorrentes/não recorrentes		
A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.		
u) Eventos subsequentes		
Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.		
Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.		
4. Caixa e equivalentes de caixa		
	2020	2019
Caixa		
Depósitos Bancários	122	9.081
Equivalentes de Caixa		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	178.434	272.755
	178.556	281.836
(1) A Desenbahia tem aplicações em operações compromissadas junto ao Banco do Brasil, que correspondem a 16.641 (26.102 em 31 de dezembro de 2019) títulos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Estas aplicações têm rentabilidade média de 2,7467% (5,9245% em 31 de dezembro de 2019).		
5. Títulos e valores mobiliários		
	2020	2019
Renda fixa - LFT (1)	70.321	89.206
Fundo soberano (2)	58.589	75.326
Fundos de empresas emergentes (3)	2.689	2.689
	131.599	167.221
Provisão para desvalorização de títulos - LFT (1)	(293)	(40)

Provisão para desvalorização de títulos - Outros (3)		(2.689)	(2.689)
		128.617	164.492
Circulante		-	89.166
Não circulante		128.617	75.326
(1) Montante registrado em Letras Financeiras do Tesouro corresponde a 6.535 (8.520 em 31 de dezembro de 2019) títulos, emitidos em 1º de setembro de 2020, com vencimento em 1º de março de 2023. Os referidos títulos têm rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (Selic). Esse montante possui uma provisão para desvalorização;			
(2) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. O fundo aberto é composto por títulos públicos federais, com baixo risco conforme Resolução CMN nº 3.757 (inciso 5, art. 3º). Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb. O patrimônio líquido deste fundo é de R\$ 390.037 (R\$ 284.801 em 31 de dezembro de 2019);			
(3) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, com provisão para desvalorização.			
6. Operações de crédito			
Carteira por atividade econômica			
	2020	2019	
Operações de crédito - Setor privado			
Empréstimos – P. Fisicas/BNDES-PMC	9.690	16.448	
Empréstimos – Indústria	34.103	9.512	
Empréstimos – Comércio	23.575	12.979	
Empréstimos – Outros Serviços	22.164	11.196	
Financiamentos – Indústria	58.960	63.812	
Financiamentos – Comércio	12.876	15.798	
Financiamentos – Outros Serviços	87.053	102.389	
Financiamentos Rurais (1)	162.848	238.054	
Financiamentos Agroindustriais	1.718	1.596	
Financiamentos de Infraestrutura	20.291	20.059	
	433.278	491.843	
Operações de crédito - Setor público			
Financiamentos - Governo municipal	209.093	197.316	
Total da carteira de crédito	642.371	689.159	
(1) Houve recebimento dos títulos públicos que garantiam o principal das operações de crédito vinculadas ao Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA com vencimentos incorridos neste exercício. Em 2019 não ocorreram eventos desta natureza.			
Classificação por nível de risco			
	2020	2019	
	Provisionamento (%)	Saldo	Provisão
		Saldo	Provisão
Carteira própria			
AA	0,00	211.555	-
A	0,50	153.670	(768)
B	1,00	157.019	(1.570)
C	3,00	82.272	(2.468)
D	10,00	8.216	(822)
E	30,00	7.333	(2.200)
F	50,00	2.217	(1.109)
G	70,00	528	(370)
H	100,00	14.668	(14.667)
Total carteira própria	637.478	(23.974)	674.146
Carteira adquirida do BANE/BNE e BANE/BFINAME			
B	1	-	-
C	3,00	950	(29)
E	30,00	-	-
F	50,00	-	-
H	100,00	3.943	(3.943)
Total carteira BANE/B	4.893	(3.972)	15.013
Total geral	642.371	(27.946)	689.159
Circulante	119.857	(5.150)	198.410
Não circulante	522.514	(22.796)	490.749
Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento			
	Operações Vencidas - 2020		
Operações Vencidas	0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias
AA	211.484	70	1
A	153.613	55	2
B	156.852	-	167
C	83.109	18	70
D	8.006	8	48
E	7.185	12	8
F	1.777	13	6
G	459	9	11
H	17.088	27	37
	639.573	212	350
		185	171
		1.880	642.371
		100,00	
	Operações Vencidas - 2019		
Operações Vencidas	0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias
AA	197.889	-	-
A	138.357	158	-
B	216.112	38	2.204
C	87.686	41	145
D	23.259	15	103
E	1.531	9	21
F	1.899	8	14
G	1.103	7	10
H	16.103	50	86
	683.939	326	2.583
		858	242
		1.211	689.159
		100,00	
Concentração da carteira de operações de crédito			
	2020	2019	
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	199.948	31,13	1.782
50 seguintes devedores	237.581	36,99	9.600
100 seguintes maiores devedores	121.791	18,95	7.489
Demais devedores	83.051	12,93	9.075
	642.371	100	27.946
		2019	
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	218.813	31,75	1.655
50 seguintes devedores	273.138	39,63	6.168
100 seguintes maiores devedores	117.634	17,07	10.027
Demais devedores	79.574	11,55	9.735
	689.159	100	27.585
7. Outros créditos			

	2020	2019
Rendas a receber (1)	3.414	2.939
Adiantamentos e antecipações salariais	707	790
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	14	15
Devedores por depósitos em garantia (2)	9.458	8.647
Impostos a compensar (2)	1.471	1.468
Pagamentos a ressarcir	1.385	948
Devedores diversos - país (3)	7.804	7.739
Provisão p/ outros créditos (4)	(2.003)	(1.379)
	22.250	21.167
Circulante	8.457	9.235
Não circulante	13.793	11.932

(1) O montante refere-se às taxas de administração e de equalização do FUNDESE (R\$ 2.154| R\$ 2.296 em 31 de dezembro de 2019), do FGBP (R\$ 22 | R\$ 29 em 31 de dezembro de 2019), e de valores de aluguel de bem recebido em dação de pagamento de operação de crédito, de aluguel do espaço da cantina, e de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede (R\$ 1.238 | R\$ 614 em 31 de dezembro de 2019);

(2) Valores referentes a IRPJ e CSLL antecipados em 2018 e saldos negativos nas apurações de 2019;

(3) Composição de Devedores diversos:

(i) Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional (R\$ 3.582 | R\$ 2.994 em 31 de dezembro de 2019);

(ii) Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/ Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10 (R\$ 187 | R\$ 187 em 31 de dezembro de 2019);

(iii) Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013 (R\$ 3.260 | R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2019);

(iv) Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola – PESA (R\$ 407 | R\$ 407 em 31 de dezembro de 2019);

(v) O montante restante (R\$ 368 | R\$ 891 em 31 de dezembro de 2019) está pulverizado em pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.

(4) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas (ITR) e a rendas de aluguel de bens recebidos em dação de pagamento.

8. Outros valores e bens

	2020	2019
Investimentos temporários	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp.	(2.251)	(2.251)
Bens não de uso próprio - BNDU (1)	40.048	38.037
Provisão para desvalorização - BNDU	(73)	(73)
Material em estoque	78	70
Despesas antecipadas	9	20
	40.062	38.054
Circulante	40.037	90
Não circulante	25	37.964

(1) Composição:

	2020	2019
Terrenos	16.128	16.128
Imóveis	23.895	21.884
Obras de arte	25	25
	40.048	38.037

9. Investimentos

	2020		2019		
	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Provisão
Investimentos	497	(497)	-	497	(497)
Obras de arte	100	-	100	100	-
	597	(497)	100	597	(497)

10. Imobilizado de uso

	2020		2019		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Depreciação
Imobilizações em curso	96	-	96	-	-
Instalações	1.424	(923)	501	1.424	(780)
Móveis e equipamentos	7.718	(5.606)	2.112	7.031	(5.051)
Móveis de uso	40.261	(6.667)	33.594	40.261	(6.000)
	49.499	(13.196)	36.303	48.716	(11.831)

11. Intangível

	2020		2019		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Amortização
Gerados internamente	294	-	294	-	-
Licenças e direitos autorais e de uso	8.355	(3.374)	4.981	8.440	(2.882)
	8.649	(3.374)	5.275	8.440	(2.882)

12. Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais

Segregação por faixa de vencimento:

	2020		2019		
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
BNDES (1)	7.478	20.645	95.500	32.839	156.462
FINAME (1)	6.402	17.518	49.013	5.244	78.177
FINEP	682	1.987	4.798	-	7.467
BNB	1.767	4.055	16.584	66.954	89.360
FUNGETUR	-	134	2.616	2	2.752
	16.329	44.339	168.511	105.039	334.218
Circulante					60.668
Não circulante					273.550
			2019		
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
BNDES (1)	10.859	125.906	139.125	48.458	324.348

FINAME (1)	6.783	31.194	67.882	7.730	113.589
FINEP	689	2.023	7.461	-	10.173
BNB	1.973	53.484	25.230	20.714	101.401
FUNCAFÉ	-	52	-	-	52
	20.304	212.659	239.698	76.902	549.563
Circulante					232.963
Não circulante					316.600

(1) Ocorreram quitações de obrigações relativas às operações de crédito vinculadas ao PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos com vencimentos incorridos neste exercício, no montante de R\$ 121.678. Ocorreram também quitações antecipadas relativas a este Programa em função de planejamento para alocação de recursos, no valor de R\$ 45.863. Em 2019 não houve eventos desta natureza (vide nota explicativa nº 6).

As operações de repasses captadas são dos seguintes órgãos, e respectivas linhas:

	Indexador	Taxa de Juros	2020	2019
BNDES - Pronaf	Pré-fixadas	-	427	717
BNDES - Programa de microcrédito	TJLP	TJLP + 1,10% a.a.	-	5.211
BNDES - URTJLP	TJLP	TJLP + 1,10% a 4,73% a.a.	71.693	100.080
BNDES - Securitização	IGPM	5% a 6,7% a.a.	10.389	146.806
BNDES - Programa de sustentação do investimento	Pré-fixadas	1,50% a.a.	9.063	11.745
BNDES - Prorenova	TJLP	TJLP + 0,90% a.a.	866	1.310
BNDES - Automático	Pré-fixadas / Selic Acumulada	1,20% a 5,20% a.a. / 1,35% a 2,36% a.a.	41.617	22.821
BNDES - Progeren	SELIC ACUM / TJLP / Pré-fixada das TLP	SELIC ACUM + 0,76% a 1,88% a.a. / TJLP + 1,50% a 2,7% a.a. / 4,09% a 4,55% a.a.	10.140	19.693
BNDES - Agrícola	Pré-fixadas	3,20 a 7,30% a.a.	12.267	15.965
			156.462	324.348
FINAME - Agrícola	Pré-fixadas / URTJLP / SELIC Acumulada	3,75% a.a. / 1,6% a 2,00% a.a. / 1,13% a 1,62% a.a.	4.399	5.081
FINAME - Programa de sustentação do investimento	Pré-fixadas	0,00% a 8% a.a.	27.956	42.552
FINAME - Securitização	IGPM	5% a.a.	69	11.315
FINAME - BK Aquisição	SELIC Acumulada	1,25% a 1,78% a.a.	4.089	3.029
FINAME - Modernfrota 2	Pré-fixadas	5,40% a 6,40% a.a.	31.302	37.167
FINAME – MPME (Micro, pequenas e médias empresas)	TJLP / Pré-fixada das TLP	TJLP + 1,6% a 2,1% a.a. / 4,55% a.a.	10.362	14.445
			78.177	113.589
FINEP	URJT01 FINEP	TJLP FINEP + 0% a 1,0% a.a.	7.467	10.173
			7.467	10.173
BNB/FNE/Crédito rural (exceto lavoura cacaueira)	Pré-fixadas	3,50% a 10,00% a.a.	2.900	6.700
BNB/FNE/Securitização	IGPM	8,00% a.a.	169	1.087
BNB/FNE/Lavoura cacaueira	Pré-fixadas	5,00% a 9,00% a.a.	50.752	47.195
BNB/FNE/Turismo, indústria, comércio e serviços	Pré-fixadas	2,94% a 12,95% a.a.	15.737	26.361
BNB/FNE/Infraestrutura	Pré-fixadas	10,00% a.a.	19.802	20.058
			89.360	101.401
FUNCAFÉ	Pré-fixadas	4,0% a.a.	-	52
			-	52
FUNGETUR/Capital de giro	INPC - ACUM FUNGETUR	0,0% a.a.	2.552	-
FUNGETUR/Capital de giro SELIC	SELIC - 15 FUN-GETUR	0,0% a.a.	200	-
			2.752	-

13. Outras obrigações

	2020	2019
Sociais e estatutárias	9.069	57.243
Dividendos e bonificações a pagar (ver nota 14)	7.096	55.803
Provisão para participação nos lucros	1.973	1.440
Fiscais e previdenciárias	6.971	2.142
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	1.907	-
Impostos e contribuições a recolher	5.064	2.142
Recursos para destinação específica	5.863	-
Outros Programas e Fundos (1)	5.863	-
Diversas	20.597	24.017
Dotação para aumento de capital	-	4.905
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.708	2.481
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	5.748	5.547
Provisão para passivos contingentes (3)	7.509	6.695
Credores diversos (4)	5.632	4.389
	42.500	83.402
Circulante	30.209	71.435
Não circulante	12.291	11.967

(1) Valores captados junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, com finalidade de lastrear operações de crédito para auxiliar empreendimentos turísticos no momento de crise;

(2) Do montante, a importância de R\$ 5.601 (R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisionamentos das obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$ 147 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2019) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;

(3) Valores disorridos na nota explicativa nº 22;

(4) Deste montante:

(i) O valor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2019) representa saldo de receita a ser reconhecida quando realizados os ressarcimentos pelo FNE referentes à Lei 12.844/2013;

(ii) O valor de R\$ 428 (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;

(iii) O valor de R\$ 1.459 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDVs em exercícios anteriores. Este valor foi reconhecido em junho de 2020;

(iv) O valor de R\$ 802 (R\$ 1.007 em 31 de dezembro de 2019) está pulverizado em pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil, assim distribuídas:

XI - IRPJ (VII + VIII - IX + X + XI)	2.737	3.376	-
	2º semestre	Apuração anual da CSLL	
	2020	2020	2019
I - Lucro contábil antes dos impostos	20.822	36.315	16.003
II – Adições	5.812	14.305	19.993
III – Exclusões	(10.256)	(29.997)	(37.312)
IV - Base de Cálculo/Negativa da CSLL (I + II - III)	16.378	20.623	(1.316)
V - Compensação de Base Negativa da CSLL	(4.913)	(6.187)	-
VI - Base de Cálculo/Negativa da CSLL (IV - V)	11.465	14.436	-
VII- CSLL (VI * 15% - 20% a partir de março/2020)	2.293	3.158	-
	5.030	6.534	-

Além do saldo demonstrado acima, a Desenbahia possui os seguintes montantes de eventos temporários, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL:

	2020			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	132.622	6.439	(20.310)	118.751
Provisão para desvalorização de TVM	40	361	(109)	292
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.704	30	(1)	2.733
Provisão para contingências fiscais	209	6	-	215
Provisão para contingências trabalhistas	3.377	428	-	3.805
Provisão para contingências cíveis	3.109	543	(164)	3.488
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão para outros créditos	1.379	624	-	2.003
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	81.240	2.060	-	83.300
Depreciação/amortização diferidas	(1.849)	(895)	-	(2.744)
Total diferenças temporárias	185.149	9.596	(20.584)	174.161
Prejuízo fiscal	203.182	-	(6.222)	196.960
Base negativa da CSLL	202.300	-	(6.187)	196.113

	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para devedores duvidosos	151.248	7.894	(26.519)	132.623
Provisão para desvalorização de TVM	97	-	(57)	40
Provisão para desvalorização de cotas de fundos	2.689	28	(14)	2.703
Provisão para contingências fiscais	1.870	947	(2.608)	209
Provisão para contingências trabalhistas	4.314	1.558	(2.495)	3.377
Provisão para contingências cíveis	2.396	720	(7)	3.109
Provisão para desvalorização de bens	73	-	-	73
Provisão para perdas em incentivos fiscais	497	-	-	497
Provisão para perdas em participações societárias	2.251	-	-	2.251
Provisão valores a receber alienação imóvel sede anterior	28	4	(32)	-
Provisão para outros créditos	807	572	-	1.379
Recuperação crédito baixado para prejuízo tributação pelo efeito caixa	(40.503)	-	-	(40.503)
Rendas de operações de crédito a apropriar	79.992	1248	-	81.240
Depreciação/amortização diferidas	(989)	(860)	-	(1.849)
Ganho na alienação de imobilizado	(3.089)	-	3089	-
Total diferenças temporárias	201.681	12.111	(28.643)	185.149
Prejuízo fiscal	201.866	1.316	-	203.182
Base negativa da CSLL	200.984	1.316	-	202.300

A Desenbahia apresentou resultado tributável em pelo menos três dos últimos cinco anos sendo o resultado do exercício de 2020, significativamente impactado pelo efeito PESA (vide nota explicativa nº 15). Contudo, de acordo com as projeções efetuadas para os próximos 10 anos, os resultados fiscais previstos não habilitam o registro dos créditos tributários e dos impostos diferidos, uma vez que não atendem à exigência estabelecida na Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006.

20. Resultados não recorrentes

	2020			2019		
	Recorrente	Não recorrente	Total	Recorrente	Não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	140.480	-	140.480	101.824	-	101.824
Despesas da intermediação financeira	(44.928)	-	(44.928)	(46.437)	-	(46.437)
Resultado bruto da intermediação financeira	95.552	-	95.552	55.387	-	55.387
Outras receitas (despesas) operacionais (1)	(50.881)	(4.864)	(55.745)	(48.138)	63	(48.075)
Resultado operacional	44.671	(4.864)	39.807	7.249	63	7.312
Resultado não operacional (2)	23	7	30	(10)	11.694	11.684
Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações	44.694	(4.857)	39.837	7.239	11.757	18.996
Imposto de renda e contribuição social (3)	(7.784)	1.250	(6.534)	-	-	-
Participações estatutárias	(3.522)	-	(3.522)	(2.993)	-	(2.993)
Lucro líquido	33.388	(3.607)	29.781	4.246	11.757	16.003

(1) Obrigação com assistência médica de PDVs de exercícios anteriores, abono único conforme convenção coletiva 2020/2021, obrigação legal fiscal oriunda de auto de infração (todos apenas em 2020) e correção monetária de valores a receber por alienação da sede antiga (apenas em 2019).

(2) Receitas de aluguéis de bens não de uso, provisionamento das receitas com aluguel de bens não de uso, multas e ganho na alienação de bens não de uso (apenas em 2019).

(3) Impacto dos eventos não recorrentes na tributação sobre o lucro.

21. Partes relacionadas

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal: pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: a Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2020 montam R\$ 683.575 (R\$ 656.919 em 31 de dezembro de 2019), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;
- FUNDURBANO: a Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em li-

quidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2020 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2019), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;

- FGBP: a Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 31 de dezembro de 2020 montam R\$ 341.108 (R\$ 409.301 em 31 de dezembro de 2019).

Transações mantidas pela Desenbahia com essas partes relacionadas:

	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)		
	2020	2019	
Taxa de administração – Fundese	1.538	1.520	
Rendas de equalização – Fundese	615	-	
Taxa de administração – Fundurbano	-	776	
Taxa de administração – FGBP	22	29	
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	40	
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	162	
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(7.096)	(56.703)	
Remuneração diretoria colegiada	(44)	(83)	
	(4.763)	(54.259)	

Receitas (Despesas) incorridas no período			
2º semestre	2020	2019	
Taxa de administração – Fundese	9.363	18.507	23.375
Ganho na Venda de BNDU – Estado da Bahia	-	-	11.559
Rendas de equalização – Fundese	1.367	1.529	1.577
Taxa de administração – FGBP	74	196	471
JCP – Estado da Bahia e acionistas minoritários	(5.300)	(8.400)	(4.700)
Remuneração diretoria colegiada	(1.011)	(2.150)	(1.954)
Remuneração conselho de administração	(189)	(378)	(369)
Remuneração conselho fiscal	(22)	(90)	(131)
Remuneração do comitê de auditoria estatutário	(40)	(81)	(40)
	4.242	9.133	29.788

22. Provisão para perdas em processos judiciais
Movimentação das provisões

	Trabalhistas (1)	Fiscais (2)	Cíveis (3)	Total
Saldo inicial das provisões contingenciais em 1º de janeiro de 2019	4.313	1.870	2.396	8.579
(+) Constituição provisão	1.160	884	1.987	4.031
(+) Atualização monetária	398	63	174	635
(-) Reversões	(2.494)	(2.608)	(1.448)	(6.550)
(=) Saldo final das provisões contingenciais em 31 de dezembro de 2019	3.377	209	3.109	6.695
(+) Constituição provisão	-	-	464	464
(+) Atualização monetária	428	6	85	519
(-) Reversões	-	-	(169)	(169)
(=) Saldo final das provisões contingenciais em 31 de dezembro de 2020	3.805	215	3.489	7.509

(1) A provisão para risco de perdas trabalhistas tem como origem 10 (10 em 31 de dezembro de 2019) processos acionados, em sua grande parte, por ex-empregados de empresas terceirizadas ou sindicatos da categoria e, só que em menor número, por ex-funcionários da Agência. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, tais como indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, dentre outros, em sua maioria como subsidiário;

(2) A provisão para risco de perdas fiscais tem como origem 2 (2 em 31 de dezembro de 2019) autos de infração da Receita Federal do Brasil questionando o não recolhimento de contribuição previdenciária (INSS) de empresas terceirizadas;

(3) A provisão para risco de perdas cíveis tem como origem 60 (61 em 31 de dezembro de 2019) processos, com destaque para as queixas em trâmite perante os juizados, pleiteando indenizações por danos morais e as ações revisionais questionando a aplicação das taxas de juros nos instrumentos firmados com esses clientes.

Em janeiro de 2018, a Agência recebeu uma notificação de ação de cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043. Houve apresentação de defesa pela Desenbahia e réplica pela parte autora. O feito encontra-se concluso para proferimento de sentença. A Administração da Agência não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 48.929, referente às operações de repasse.

Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenbahia pagasse o valor de R\$ 66.198, do processo ora referido. Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenbahia ajuizou embargos de declaração, ainda não julgados, alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento. A Desenbahia não entende como devido o valor reconhecido no primeiro despacho saneador no montante de R\$ 4.803, tendo em vista as alegações de prescrição e iliquidez do título, nem concorda com sua forma de atualização. A matéria ainda não teve seu julgamento esgotado, já que ainda está pendente Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Neste recurso, se discute a inviabilidade do cumprimento de sentença ante a iliquidez do título judicial, já que há uma determinação expressa do juízo de primeiro grau para realização de perícia contábil para apuração do *quantum*. Discute-se também o cálculo da mora, o que influenciará na pericia a ser realizada. Em 31 de dezembro de 2020, baseada na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado Processo Judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível.

Em dezembro de 2020, um processo fiscal classificado com prognóstico de perda possível foi reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança. A Desenbahia tomou as medidas cabíveis na esfera judicial para suspender a exigibilidade deste crédito e continuar discutindo o mesmo.

A Desenbahia é parte também em processos com prognóstico de perda possível que estão assim segregados: 14 processos trabalhistas (13 em 31 de dezembro de 2019) no valor estimado de perda de R\$ 694 (353 em 31 de dezembro de 2019), 8 autos de infração (09 em 31 de dezembro de 2019) no valor estimado de perda de R\$ 2.238 (595 em 31 de dezembro de 2019) e 31 processos cíveis (29 em 31 de dezembro de 2019) no valor estimado de perda de R\$ 53.083 (R\$ 46.096 em 31 de dezembro de 2019).

Em alguns destes processos, a Desenbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, que se encontram registrados na rubrica "Outros créditos" (nota explicativa nº 7):

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo inicial dos depósitos judiciais em 1º de janeiro de 2019	1.716	4.689	728	7.133
(+) Depósitos efetuados	1.055	-	3.738	4.793
(+) Atualização monetária	65	169	27	261



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE) 2020

(CAE) apresenta as conclusões de suas avaliações.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a situação patrimonial e financeira naquela data.

A avaliação executada pela auditoria externa relativamente às demonstrações financeiras da DESENBHIA do exercício de 2020 foi realizada pela Empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, não tendo sido identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dessa instituição. Contudo foi destacado em seu relatório um parágrafo de “ênfase”, chamando a atenção para a nota explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, na qual a Administração divulga informações sobre duas notificações judiciais. Após avaliação do tema, os membros deste Comitê decidiram continuar o acompanhamento dessas notificações, considerando que não houve ressalva por parte dos auditores independentes.

A estrutura de controles internos é continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, com o intuito de minimizar custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias. A empresa está devidamente instrumentalizada e atende ao aporte e à complexidade dos negócios, sendo objeto de permanente atenção por parte da administração, mostrando-se compatível face às exposições a risco da instituição.

Foi observado ainda, pelos membros deste comitê, que a DESENBHIA realizou mudanças pertinentes na apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício, com base na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, atendendo aos requerimentos da respectiva circular.

Fato relevante analisado por este comitê foi a deliberação, através de assembleia geral extraordinária, em janeiro de 2020, de um aumento de capital de R\$ 57 mil, fruto de JCP e recursos oriundo do Fundurbano, constituídos nos exercícios de 2017 e 2018, cujas assembleias gerais ordinárias tinham deliberado pela manutenção desses montantes, estes homologados pelo BACEN em março de 2020.

Foram avaliadas por este comitê as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas em 31.12.2020, observando um Lucro Operacional e Fiscal mesmo diante dos impactos da pandemia da COVID-19, com destaque positivo as Receitas Operacionais com o Resultado Bruto das Intermediações Financeiras em decorrência das operações do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), fruto de recebimento ou reativações das negociações baixadas do prejuízo em exercícios anteriores, bem como as renegociações ainda ativas foram objeto de repactuação emergencial em parte da carteira, incentivadas pelo impacto econômico em detrimento da pandemia da COVID-19, neste caso sendo reconhecidas neste exercício de 2020, fato que não ocorreu em 2019. Foi também constatada a redução das Outras Receitas Operacionais com reversão de provisões com contingências judiciais e da taxa de administração do Fundese. Outro fato relevante, após as medidas preventivas da Administração da DESENBHIA diante da pandemia da COVID-19, houve uma redução das despesas operacionais devido a menores gastos com despesas administrativas e tributárias.

Foi encaminhado e avaliado por este Comitê o relatório de Ouvidoria referente ao primeiro semestre de 2020. Foram registradas 23 (vinte e três) manifestações, dentre elas 03 (três) denúncias e 09 (nove) reclamações, sendo 04 (quatro) improcedentes e 05 (cinco) procedentes, constatando que todas as manifestações foram respondidas e encaminhadas aos departamentos envolvidos para as devidas providências. Cabe ressaltar que as medidas cautelares, bem como abertura de inquérito junto à Comissão de Ética da instituição, estão sendo monitoradas e com ciência da Administração da Desenbahia.

A avaliação dos assuntos recorrentes de questionamentos do Tribunal de Con-

tas do Estado (TCE) e do BACEN está sendo monitorada e divulgada para acesso público através dos canais de comunicação da empresa.

Avaliamos adequadas as políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Em atendimento às competências previstas no art. 24, § 1º, da Lei 13.303/2016, as solicitações, orientações e sugestões apresentadas às áreas e aos órgãos de governança da empresa constam nas respectivas atas de reuniões.

Salvador-BA, 23 de fevereiro de 2021.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Desenbahia

Gerardo Ponte Viana Mario Augusto Brandão Rabelo Vitor César R. Lopes

Coordenador

Membro Titular

Membro Titular

ANEXO 1 – REUNIÕES DO CAE E PARTICIPANTES

Reunião	Assunto
001/2020	Relatório Anual 2019 - CAE.
001/2020	Ofício BCB 26013/2019 - PLD.
001/2020	Reunião de Planejamento 2020.
002/2020	Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Acompanhamento de Atividades 2019 - Auditoria Interna (AUD).
003/2020	Avaliação do Relatório Circunstanciado de Revisão do Auditor Independente (BDO) sobre o Sistema de Controles e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares - de 31 de dezembro de 2019.
003/2020	Avaliação de Revisão do Auditor Independente (BDO) de Revisão dos Critérios Adotados para a Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco e para Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) - de 31 de dezembro de 2019.
Parecer 001/2020	Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o relatório de auditoria resultante da aplicação do projeto regular de auditoria nº 02/2020 - Gerir Riscos.
004/2020	Apreciação sobre Crédito Tributário - Auditoria pelo CAE.
004/2020	Elaboração de Relatório do CAE – 1º Semestre/2020.
005/2020	Apreciação da Nota Técnica sobre Crédito Tributário – Premissas para projeções das demonstrações financeiras.
005/2020	Manifestação do CAE sobre as premissas da Nota Técnica dos Créditos Tributários.
006/2020	Análise do Relatório do Auditor Independente sobre: Demonstrações Contábeis da DESENBHIA, de 30 de junho de 2020.
007/2020	Solicitação de análise do Estatuto Social da Desenbahia.
007/2020	Análise do Plano de Auditoria Interna 2021.
007/2020	Acompanhamento das Atividades de Auditoria 2020.
008/2020	Aprovação do Plano de Auditoria Interna 2021.
008/2020	Solicitação de posicionamento Jurídico sobre o Estatuto Social.
009/2020	Avaliação do Relatório Circunstanciado de Revisão do Auditor Independente (BDO) sobre o Sistema de Controles e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares – 1º semestre 2020.

009/2020	Aprovação do Relatório do 1º Semestre do Comitê de Auditoria (CAE).
----------	---

ANEXO 2 – PAUTA DE REUNIÕES

Seq	Data da Reunião	Tipo	Participante		
			1	2	3
001/2020	31/01/2020	Ordinária	X	X	X
002/2020	17/04/2020	Ordinária	X	X	X
003/2020	29/05/2020	Ordinária	X	X	X
Parecer 001/2020	24/06/2020	Extraordinária	X	X	X
004/2020	31/07/2020	Extraordinária	X	X	X
005/2020	19/08/2020	Extraordinária	X	X	X
006/2020	28/09/2020	Extraordinária	X	X	X
007/2020	28/10/2020	Extraordinária	X	X	X
008/2020	06/11/2020	Extraordinária	X	X	X
009/2020	18/12/2020	Extraordinária	X	X	X

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado e dos Fluxos de Caixa, juntamente com as Mutações do Patrimônio Líquido da Agência relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 23 de fevereiro de 2021.

Antonio Félix Macêdo Mascarenhas
Presidente

Paulo Henrique de Almeida
Luís Augusto Peixoto Rocha

Luiza Amélia Guedes M. Melo
Ayala Mariusha Guedes G. Rocha

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da DESENBHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 142, da Lei 6.404/76, de 15/12/76, manifesta-se pela aprovação do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria da Agência, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, seguindo o Parecer do Conselho Fiscal emitido em 23/02/2021.

Salvador, 25 de fevereiro de 2021.

João Batista Aslan Ribeiro
Presidente

Francisco Alfredo M. de Sousa
Miranda

José Luiz Santos Souza
Frederico Matos de Oliveira

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar
Patrícia Ferreira Nascimento